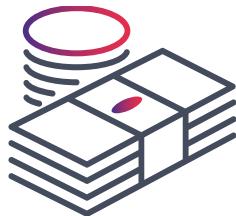




A Reforma Tributária sobre o consumo promove mudanças práticas relevantes na forma de apuração, creditamento e repartição das receitas tributárias. Mais do que substituir tributos, o novo modelo redefine a lógica operacional do sistema, com impactos diretos sobre contratos, precificação, cadeias produtivas e governança tributária das empresas.

## Substituição de tributos



O novo sistema consolida a tributação sobre o consumo em dois tributos principais:

### **CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços**

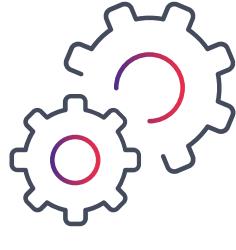
- Substitui o PIS e a Cofins
- Competência da União

### **IBS - Imposto sobre Bens e Serviços**

- Substitui o ICMS e o ISS
- Competência compartilhada entre Estados e Municípios

Essa substituição reduz a fragmentação normativa e inaugura uma lógica mais uniforme de incidência.

## Não cumulatividade plena



A Reforma Tributária estabelece a não cumulatividade financeira ampla, com mudanças relevantes em relação ao modelo atual:

- Crédito do imposto pago na etapa anterior
- Ausência de lista fechada de insumos
- Redução da cumulatividade residual
- Maior neutralidade econômica do sistema

Na prática, o aproveitamento de créditos passa a ser mais previsível, desde que corretamente enquadrado e documentado.

## Tributação no destino



A arrecadação passa a se concentrar no local do consumo, substituindo a lógica tradicional baseada na origem:

- Redução da guerra fiscal entre entes federativos
- Diminuição de distorções regionais
- Impacto direto em logística, pricing e estruturação de cadeias produtivas

Esse deslocamento afeta contratos, margens e modelos operacionais, especialmente em empresas com atuação nacional.

## Simplificação operacional



A unificação de tributos tende a gerar ganhos relevantes de eficiência:

- Redução do número de obrigações acessórias
- Menor tempo dedicado à apuração tributária
- Padronização de regras e conceitos
- Mitigação de conflitos interpretativos

Apesar disso, o período de transição exigirá atenção redobrada à convivência entre regimes.

## Impactos práticos para as empresas

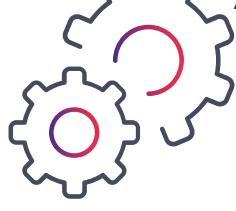


O modelo impacta diretamente:

- Contratos de médio e longo prazo
- Precificação de bens e serviços
- Margens operacionais
- Cadeias de suprimento e logística
- Modelos de governança tributária

Esses efeitos não são uniformes e variam conforme setor, estrutura operacional e footprint geográfico.

## Governança e revisão estratégica



A transição para o novo sistema exige das empresas:

- Revisão das estruturas tributárias atuais
- Adequação de contratos e cláusulas fiscais
- Ajustes em sistemas e processos
- Fortalecimento da governança tributária

A preparação antecipada é fundamental para mitigar riscos e capturar oportunidades no novo regime.